

Instituto de Higiene (1918-1929) no estado de São Paulo – a atuação de Geraldo Horácio de Paula Souza e Mário da Costa Galvão

*Activities of the Institute of Hygiene (1918-1929) in the state of São Paulo – the
action of Geraldo Horácio de Paula Souza and Mário da Costa Galvão*

Luciana Cristina Correia¹

Resumo: O presente artigo tem como intuito colocar em relevo as atividades realizadas e preconizadas do Instituto de Higiene de São Paulo, por meio da análise: da tese “Inspeção Sanitária de Mogy das Cruzes”, escrita por Mário da Costa Galvão em 1922 e, defendida na cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina de São Paulo; da defesa da necessidade de uma especialização em higiene para médicos, que iria além dos ensinamentos adquiridos na disciplina de higiene oferecida durante os cursos de medicina em geral, promovida por Geraldo Horácio de Paula Souza, descritas no relatório de atividades do Instituto de Higiene escrito em 1926, para o secretário dos Negócios do Interior, e em um texto de 1929, com o título “Instituto de Higiene de S. Paulo”. E por fim, analisamos o regulamento do Curso de Especialização em Higiene e Saúde Pública para Médicos de 1928, concretização das ideias de Paula Souza, a respeito de uma formação especializada para sanitaristas.

Palavras-chave: História da Medicina – História da Saúde Pública

Substract: *This article is to highlight the activities performed and recommended from the Institute of Hygiene of São Paulo, by means of analysis: the thesis “Health Inspection of Mogy das Cruzes”, written by Mario Costa Galvão in 1922, and defended in the chair of Hygiene of the Medicine School of São Paulo; the defense of the need for a specialization in hygiene for doctors, that would go beyond the teachings acquired in the discipline of hygiene offered during the courses of medicine in general, promoted by Geraldo Horacio de Paula Souza, described in the report of activities of the Institute of Hygiene writing in 1926, for the secretary of Business from the inside, and in a text of 1929, with the title “Institute of Hygiene of S. Paulo”. And finally, we analyzed the regulation of the Specialization Course in Hygiene and Public Health for doctors of 1928, development of the ideas of Paula Souza, the respect of a specialized training for sanitarians.*

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (CIEC). Contato: lucris85@gmail.com

Keywords: History of Medicine - History of Public Health

Introdução

As criações da cadeira de Higiene na Faculdade de Medicina de São Paulo (1912) e do Instituto de Higiene (1918) fazem parte de uma gestão na política do Serviço Sanitário paulista², distinta da que a precedeu (Ribeiro, 1993; Campos, 2002; Rocha, 2003; Merhy, 2006). Por muitos anos, a concepção de saúde pública adotada pelo Serviço Sanitário do Estado consistiu em policiar o cumprimento das leis e dos regulamentos sanitários. A inspeção das habitações coletivas, intimação dos infratores e multa aos reincidentes foram práticas da política de saúde pública, cumpridas pelos guardas e inspetores sanitários. Merhy (2006) afirma que até 1910 praticamente inexistiam serviços ambulatoriais permanentes e os objetivos do modelo em vigência estavam associados principalmente ao controle das epidemias. O médico Emílio Ribas esteve na direção do Serviço Sanitário no período de 1896 a 1916, e, segundo Merhy:

Pautando-se pelos princípios da corrente “bacteriológica, apresentou para a sociedade um projeto de intervenção – o “campanhista/policial” – que denominava como problema de Saúde Pública e que se baseava na intervenção da polícia sanitária e na execução de campanhas. (Merhy, 2006, p. 75)

No ano de 1917, o médico Artur Neiva assumiu a direção do Serviço Sanitário estabelecendo alterações na atuação do órgão. Sob sua direção houve a introdução de uma rede de ambulatórios permanentes e especializados em doenças, que atacavam com mais frequência o território paulista. Merhy denomina esse modelo de “serviços campanhistas permanentes” (Merhy, 2006, p.75).

Em 1923, assume a direção do Serviço o médico Geraldo Horácio de Paula Souza, defensor da idéia de que haveria um único processo, a educação sanitária, para a prevenção de todas as doenças. Assim, com a reforma da estrutura do Serviço Sanitário em 1925, promovida pelo próprio Paula Souza, que na época também estava encarregado da direção do Instituto de Higiene, a política de saúde pública ganhou uma nova concepção cujo ponto central era a educação sanitária do indivíduo, assunto que discutiremos a seguir.

² O Serviço Sanitário de São Paulo foi criado entre 1891 e 1892, com a principal atribuição de elaborar regras para o gerenciamento sanitário e higiênico do espaço urbano e rural e fiscalizar o cumprimento das mesmas.

A Faculdade de Medicina de São Paulo e a criação da cadeira de Higiene e do Instituto de Higiene

Em relação ao ensino médico, o primeiro projeto de criação de uma Faculdade de Medicina em São Paulo foi assinado em 1891, pelo então presidente do estado, Américo Brasiliense. O decreto n. 19 propôs a criação da Academia de Medicina, Cirurgia e Farmácia, entretanto, o projeto não pôde ser concretizado porque Deodoro da Fonseca, então Presidente da República, foi deposto e, em consequência Brasiliense também teve que deixar o cargo.

A implantação da faculdade aconteceu depois de 21 anos. Esse intervalo foi marcado por debates em torno da formação médica e a implantação de uma escola na capital em espaços como a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, entidade criada em 1895 por um grupo de médicos³ que atuavam na cidade (Silva, 2002). Em dezembro de 1912, Francisco de Paula Rodrigues Alves, recém eleito governador, assinou um novo decreto recriando a Faculdade de Medicina de São Paulo. No ano seguinte, o decreto nº 2.344 de 31 de janeiro estabeleceu o regulamento da nova escola e nomeou para sua direção o doutor Arnaldo Vieira de Carvalho. A estrutura do curso propunha aulas teóricas com práticas de laboratório, para prover, aos alunos, a possibilidade de uma formação de cunho científico e clínico.

A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo contou com o apoio da Fundação Rockefeller em meados da década de 1910, para o estabelecimento de suas instalações físicas permanentes, como o prédio que atualmente abriga a instituição, também contou com apoio da fundação, para o estabelecimento de duas cadeiras, a de Patologia e a de Higiene, as quais foram estabelecidas por professores indicados pela instituição. A filosofia de ensino da Faculdade foi modificada, em 1926, também de acordo com orientações da Fundação Rockefeller. De acordo com Marinho (2003), o nível de excelência alcançado pela Faculdade nos anos posteriores deveu-se, em grande parte, ao apoio da Fundação.

A Fundação Rockefeller é uma das maiores e mais antigas instituições filantrópicas dos Estados Unidos. Foi organizada a partir das doações do milionário John Rockefeller, que constituiu sua fortuna a partir da segunda metade do século XIX, por meio de sua atuação no ramo petrolífero e financeiro. Já nessa época, a família Rockefeller fazia doações a orfanatos, creches, hospitais, escolas, ações em geral relacionadas com a Igreja Batista, à qual pertencia. Suas contribuições obedeciam a uma lógica clara estabelecida pessoalmente pelo milionário - as doações só seriam feitas a instituições que atendessem aos critérios de serem obras

³ Na primeira reunião, realizada no dia 24 de fevereiro de 1895, estavam presentes os seguintes médicos: Theodoro Reichert, Luiz Pereira Barreto, Ignácio Marcondes de Resende, Pedro de Resende, Amarante Cruz, Cândido Espinheira, Erasmo do Amaral, Luiz de Paula, Marcos de Oliveira Arruda e Evaristo da Veiga.

filantrópicas já organizadas, cujo trabalho fosse reconhecido como meritório pela comunidade a que servia. Os beneficiados deviam ser autônomos em relação às doações e serem capazes de garantir contrapartidas aos recursos obtidos por meio de doações feitas por novos membros (Marinho, 2001).

Após a criação oficial da Fundação Rockefeller, em 1913, a Comissão Sanitária para Erradicação da Ancilostomíase, que havia atuado no sul dos Estados Unidos entre 1909 e 1912, foi transformada em Comissão Sanitária Internacional, que existiu até 1916. Depois disso, foi denominada Junta Sanitária Internacional. Seus objetivos eram apoiar a criação de agências de saúde pública, que deveriam difundir as idéias, princípios e técnicas da chamada “medicina científica”. Para isso, a instituição passou a se preocupar com a formação de quadros em saúde pública. Segundo Marinho,

Essa preocupação redundou, posteriormente, na criação da Escola de Higiene e Saúde Pública na Universidade Johns Hopkins, que serviu de modelo para instituições semelhantes criadas com o apoio da Fundação Rockefeller em todo o mundo, em cidades como Praga, Varsóvia, Londres, Toronto, Copenhague, Budapeste, Oslo, Belgrado, Zagreb, Madri, Cluj (Romênia), Ancara, Sofia, Roma, Tóquio, Atenas, Bucareste, Estocolmo, Calcutá, Manila e São Paulo, onde foram gastos mais de US\$ 25 milhões (Marinho, 2001, p. 25).

De acordo com a pesquisa de Marinho (1993), os contatos entre a Fundação e a Faculdade começaram em 1916, por meio de uma correspondência enviada por Arnaldo Vieira de Carvalho pedindo o apoio para o estabelecimento de duas cadeiras: Higiene e Patologia. Avançadas as negociações, em 1918, foi firmado um acordo entre a Fundação e a Secretaria de Negócios do Interior do Estado de São Paulo. Às autoridades paulistas coube o aluguel de um prédio e as reformas necessárias para adequá-lo às exigências do trabalho docente e das práticas de laboratório; além de uma contribuição anual de 12 contos de réis para as despesas de manutenção. A Fundação, por sua vez, se responsabilizou pela aquisição de equipamentos, pagamento de pessoal e manutenção, e, ainda, da concessão de bolsas de estudo a dois médicos brasileiros, para realização de um Curso de Doutorado em Higiene e Saúde Pública na Universidade Johns Hopkins (Baltimore, Estados Unidos). Desse acordo resultou a criação de um laboratório anexo à cadeira de higiene, o Instituto de Higiene, que esteve entre 1918 e 1922 sob a direção de dois médicos norte-americanos – Dr. Samuel Taylor Darling (1918-20) e Dr. Wilson George Smillie (1920-22).

Os médicos Geraldo Horácio de Paula Souza e Francisco Borges Vieira receberam as bolsas e realizaram o curso de doutorado entre 1918 e 1920. Em 1923, Paula Souza assumiu a direção do Serviço Sanitário e a cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina. Como o Instituto de Higiene estava ligado à cadeira da mesma disciplina, Paula Souza a partir desse ano também assumiu sua direção.

Desde seu início, o Instituto de Higiene estava instalado em um prédio próprio, um casarão situado na Rua Brigadeiro Tobias nº 45, rua em que também se localizava a Faculdade de Medicina, no nº 42.

Atividades do Instituto de Higiene (1918 – 1923) e a “Inspeção Sanitária de Mogy das Cruzes”.

Além de ser utilizado pelos alunos de medicina, o instituto ofereceu outros cursos como bem observou Lina Faria (1999):

O Instituto atuou como um instrumento importante na formação de profissionais, a partir da constituição de um saber específico, sanitarista e médico. No período entre 1918 e 1924, cerca de 80 estudantes, graduados e pós-graduados, receberam instruções nas áreas de higiene e saúde pública no antigo Laboratório. A partir de 1925, não mais associado à Faculdade de Medicina de São Paulo, o Instituto ampliou, significativamente, sua esfera de ação. Novos cursos e departamentos foram criados e o número de alunos aumentou consideravelmente (Faria, 1999, p. 208).

O primeiro professor da cadeira de Higiene, também responsável pelo laboratório, foi o médico Samuel Taylor Darling, que iniciou seu trabalho em 1918. Consagrado sanitarista, atuou no saneamento do Panamá, além de ter produzido estudos significativos na Malásia e na Indonésia. Sob os auspícios de Darling, foram elaborados os primeiros números do Boletim do instituto que se intitulava “Boletim do Instituto de Hygiene”. Darling publicou dois trabalhos no boletim, enquanto ocupava a cadeira de Higiene: “Sobre algumas medidas antimaláricas em Malásia” e “Pesquisas recentes sobre a opilação na Indonésia”. O médico também orientou uma tese⁴ necessária para a obtenção do título de doutor em medicina.

Em 1922, Samuel Taylor Darling foi substituído por Wilson George Smillie que permaneceu na cadeira por apenas um ano. Assim como Darling, ele também publicou artigos no “Boletim do Instituto de Hygiene” e orientou teses⁵. Uma delas foi defendida por Mário da Costa Galvão, em fevereiro de 1922, com o título “Inspeção Sanitaria de Mogy das Cruzes”.

Ao lermos essa tese, pudemos resgatar alguns aspectos sobre as atividades da cadeira de Higiene, como o caráter teórico-prático condizente com a orien-

⁴ Através de levantamento na Biblioteca da Faculdade de Medicina da USP, encontramos apenas seguinte tese com orientação de Darling: “Inspeção médica escolar”, escrita por Pedro Basile em 1920.

⁵ Na Biblioteca da Faculdade de Medicina da USP encontramos cinco teses defendidas na cadeira de Higiene: “Contribuição ao estudo do leite e seu fornecimento na cidade de São Paulo”, de Felix Vianna Junior (1921); “Sobre a prophylaxia da syphilis e a função dos dispensário”, de Potyguar Medeiros (1921); “Da frequencia dos portadores são de bacillos de Klebs, Loeffler na cidade de São Paulo”, de João de Castro Simões (1922); “Estudo dos componentes do óleo essencial de chenopodio, sua aplicação na prophylaxia da ancylostomose”, de Samuel Bransley Pessoa (1922); “Inspeção Sanitaria de Mogy das Cruzes”, de Mário da Costa Galvão (1922).

tação que regia a Faculdade de Medicina, já que a inspeção foi uma atividade que levou o aluno a sair do espaço da faculdade e colocar em prática seus conhecimentos. A escolha dos elementos observados e registrados por Galvão nos indica quais eram os espaços a serem observados de acordo com a orientação da disciplina de Higiene e, também, a relação entre a Faculdade de Medicina e o Instituto de Higiene.

Começando pelo último aspecto, no prefácio da tese, Galvão informa que sua inspeção fora um trabalho teórico prático apresentado ao Instituto de Higiene, ganhador do primeiro prêmio na categoria. O instituto possuía um papel de destaque no que diz respeito ao preparo dos futuros médicos para trabalhos na área do sanitarismo. A respeito desse assunto, na “Memória Histórica da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo”, Candeias afirma que:

...percebemos a existência, mais ou menos velada, de um núcleo comum: a disposição de transformar o Laboratório da Cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia em uma unidade autônoma de ensino de Saúde Pública, visando ao preparo de sanitaristas e contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento técnico do trabalho sanitário em nosso país. (Candeias, 1984, p. 2)

O fato de já se denominar unidade autônoma nos indica que, para os professores e demais profissionais envolvidos com a cadeira de Higiene, o laboratório era mais do que um departamento auxiliar. Ao invés disso, ele se configurava como um ambiente relevante ao ensino de médicos que poderiam se tornar sanitaristas.

No que concerne à tese de Galvão, verificamos que, primeiramente, o médico optou por redigir um breve apanhado sobre a História de Mogi das Cruzes, com muitas fotografias da cidade – Câmara Municipal, Convento, montagem da vista geral tomada do topo de uma igreja, Praça da Igreja Matriz e uma rua onde a legenda destaca duas construções da época colonial. O uso da fotografia pelo médico foi um recurso utilizado amplamente durante toda a inspeção.

Após o histórico, o Dr. Galvão, informa os seguintes aspectos da cidade: limites, situação e vias de comunicação, superfície, população, clima, esboço geológico, produção e hidrografia. O médico também fez um detalhamento numérico dos vários tipos de estabelecimentos presentes em Mogi das Cruzes: 1669 prédios, 13 açougues (10 no mercado municipal e 3 fora dele), 3 hotéis, 5 pensões e 5 farmácias. Informou também que havia três médicos na cidade, sendo que um deles era o prefeito de Mogi das Cruzes, Dr. Deodato Wertheimer.

Em seguida, iniciou as análises sanitárias de alguns estabelecimentos, sendo o primeiro o mercado municipal. Logo no começo de suas observações declara que nele havia um grande número de imperfeições higiênicas. Porém, antes de começar a descrevê-las fez uma ressalva, ao esclarecer que o médico responsável

pela cidade, o Dr. Wertheimer, já se encontrava a par das imperfeições e apenas esperava por uma oscilação favorável na balança orçamentária do município para corrigi-las. As imperfeições relatadas pelo médico são as seguintes: os produtos colocados a venda não apresentavam nenhuma proteção contra moscas, ou contra a poeira que aumentava aos domingos, devido ao grande número de pessoas circulando no mercado; os açougues que funcionavam no mercado, não eram providos de esgoto e, as carnes também estavam totalmente expostas às moscas e poeira; as vasilhas de água empregadas na venda do café que, segundo ele, “só é renovada quando a confusão entre o que é vendido e a água que deve lavar se estabelece francamente” (Galvão, 1922, p. 16).

Ao analisar o mercado municipal, o médico, incorporou ao seu relatório sete fotografias – uma da vista externa da entrada principal, cinco da venda de café, bolinhos, carne e, uma dos fundos do mercado, que também enquadrou uma feira que estava em andamento. Especialmente as cinco fotos da venda de produtos alimentícios têm caráter de denúncia e de comprovação das violações das leis sanitárias. Ressaltamos que essas fotografias, em termos da estrutura das páginas da tese, se encontram intercaladas aos parágrafos onde foram feitas as denúncias.

O segundo estabelecimento inspecionado foi o matadouro municipal, avaliado como higiênico, embora rústico. Ao lermos as observações sobre o local, é possível enumerar quais características lhe garantiram a avaliação positiva. Sua localização distava quatro quilômetros da cidade, nenhum urubu ou mosca fora avistado pelo médico, o animal era abatido no alpendre interior, havia uma quantidade de água represada suficiente para ser usada após o abate, as águas residuais corriam para um córrego que desembocava no Tietê a uma distância de dois quilômetros das habitações e, por fim, terminados todos os abates era feita uma limpeza geral. A única necessidade do matadouro, de acordo com Galvão, era o embelezamento das instalações. Desta vez, o médico incluiu apenas três fotografias – vista externa do matadouro, carroças de transporte ao lado dos animais e, um animal recebendo o golpe mortal. As fotografias aparecem entre os parágrafos descritivos do estabelecimento.

Depois disso, o médico passou a tratar da procedência e qualidade das águas consumidas pela população da cidade. A principal fonte de abastecimento era o manancial da Serra do Itapety. Verificamos que o processo de captação da água foi visitado e inspecionado detalhadamente, uma vez que Galvão pôde constatar a falta de limpeza apropriada dos lacrimais e, que o aqueduto feito de tijolos apresentava muitas raízes de samambaia. Outro problema grave estava sendo causado pelo zelador do sistema de abastecimento, o qual estava contaminando a água que servia à cidade, com as águas residuais de uma cocheira e, com os próprios dejetos de sua família, pois eles não possuíam uma fossa. É interessante

notar que esses problemas foram apresentados à empresa responsável pela captação de águas, como vemos no trecho a seguir:

Estamos certos de que estes problemas serão satisfatoriamente resolvidos pela atual administração da Empresa, porquanto, sabedores da impressão que nos tinha causado o serviço de captação, já iniciaram as correções precisas, intimando o zelador a retirar de lá os animais existentes e a construir uma fossa para o uso dos seus (Galvão, 1922, p. 23).

Ainda sobre a questão da água, Galvão realizou análises bacteriológicas do manancial e, outras fontes utilizadas pela população. Sua conclusão foi a seguinte:

O problema da água, pois, em Mogi, precisa receber da Municipalidade uma solução pronta e eficaz, afim de que a cidade não se veja abarbadada com uma calamidade decorrente da qualidade e da quantidade de água de que dispõe atualmente (Galvão, 1922, p. 26).

Em seguida, o médico desenvolveu considerações a respeito da rede de esgoto de Mogi das Cruzes. Galvão incluiu no relatório uma planta da cidade onde estava assinalado o perímetro da rede de esgoto. Com mais esse exemplo de material iconográfico, presente na tese, cremos ser possível inferir que, para o médico, era importante complementar a produção escrita com material visual, a fim de embasar suas conclusões. A rede de esgoto da cidade abrangia uma pequena parte da zona urbana. Essa rede desembocava no rio Tietê, sem qualquer tipo de tratamento. Também está presente no meio do texto uma fotografia do Córrego da Biquinha, mais uma imagem com intenção de denúncia, pois a legenda da fotografia diz:

Este córrego recebe águas que lavam as privadas dos prédios situados a sua esquerda cujos esgotos não estão em comunicação com a rede da cidade. Além disso é local favorito de banhos de menores da cidade e é utilizado pelas lavadeiras (Galvão, 1922, p. 28).

Em relação ao recolhimento do lixo, a remoção era feita diariamente com duas carroças, serviço também ilustrado por uma fotografia em que se visualiza um desrespeito às normas higiênicas - um depósito de lixo não autorizado, em frente ao Hotel da Estação.

A manipulação e conservação correta dos alimentos era um assunto que preocupava os sanitaristas, como apresentado a pouco, com as observações de Galvão a respeito da conservação da carne e café à venda no mercado municipal. E, podemos vê-la novamente por meio das preocupações com o leite. O médico analisou o leite de duas procedências, ambos foram diagnosticados como bons.

Depois, o médico passa ao exame de duas fábricas da cidade: a de tecidos e a de chapéus. Os critérios utilizados foram: luz, ventilação, água, esgoto e latrinas. Procurou saber também, o número exato de homens, mulheres e crianças que trabalhavam nesses locais e se os funcionários das fábricas dispunham de um algum tipo de amparo médico.

Galvão realizou a inspeção do grupo escolar de Mogi das Cruzes. Os elementos observados no edifício estão em concordância com o que foi apontado pelo Dr. Pedro Basile na tese “Inspeção médica escolar” - o tamanho, a cubagem de ar e a iluminação das salas de aula - os quais, na avaliação de Galvão, eram satisfatórios. Outros pontos observados foram: o uso de copos individuais para beber água, o vasto espaço para recreio e, o procedimento adotado caso algum aluno contraísse uma doença contagiosa. Esse procedimento consistia na dispensa do aluno e, posteriormente da desinfecção na sala de aula, do local que ele ocupava na mesma e suas proximidades. Entretanto, o médico informa que o serviço de inspeção médico escolar ainda não havia sido iniciado. As outras duas instalações inspecionadas foram a Santa Casa de Misericórdia e a Cadeia Pública. Nenhuma das duas recebeu críticas por parte do médico.

Por fim, Galvão informa que a cidade mantinha uma comissão de profilaxia da ancilostomose, chefiada pelo médico Romeu Carlos da Silveira, a qual fazia parte do Serviço de Profilaxia da Ancilostomose do Serviço Sanitário de São Paulo. Os fins da comissão seriam: tratar os infectados doentes e, evitar que os sãos se contaminassem. A respeito do tratamento dos doentes de ancilostomose, o médico cita com detalhes os dois tipos de procedimentos adotados. Entretanto, chamamos a atenção para a ação preventiva estabelecida pela comissão. Os métodos utilizados lançavam mão da propaganda com a distribuição de panfletos educativos sobre a doença. Esse recurso estava aliado à prática de oferecer consulta clínica gratuita que visava a atrair para o higienista a simpatia da população. Tendo em vista que nas palavras do médico havia “uma natural repulsa que o leigo e o semiletrado têm para com as medidas higiênicas aconselhadas” (Galvão, 1922, p. 46).

As conclusões gerais da inspeção foram que o estado sanitário de Mogi das Cruzes não corria paralelamente ao seu progresso material e que a municipalidade deveria procurar resolver o mais cedo possível os problemas sanitários da cidade.

A dissertação mostrou-se uma fonte rica em informações dos procedimentos utilizados nas inspeções sanitárias realizadas pelo Instituto de Higiene, os quais eram ensinados aos alunos da Faculdade de Medicina no período estudado. Nossa conclusão foi que os lugares onde havia aglomeração de pessoas (fábrica, mercado, escola), onde os alimentos eram manipulados (mercado, matadouro), a qualidade da água e a presença de esgotos eram os pontos de atenção dos médi-

cos ao inspecionarem uma cidade. A verificação da estrutura física das edificações obedecia aos critérios de luminosidade e cubagem do ar.

Foi durante a gestão do médico Smillie que se realizou o primeiro curso de especialização em Higiene Rural e Saúde Pública para médicos, freqüentado por funcionários do Serviço de Profilaxia contra a Ancilostomose, pertencente ao Serviço Sanitário de São Paulo. Apesar de não termos informações detalhadas sobre esse curso, atentamos para o fato de que mesmo estando subordinado à Faculdade de Medicina de São Paulo, o Instituto de Higiene atuava como órgão de preparação técnica de médicos funcionários do Serviço Sanitário paulista. Corroborando para nosso entendimento de que o Instituto, antes mesmo de sua oficialização, não era freqüentado exclusivamente pelos alunos da Faculdade. Com a oficialização, em 1924, observamos a ampliação dos cursos oferecidos pelo Instituto.

Atividades do Instituto de Higiene entre 1924 – 1929 e a defesa de formação especializada para sanitaristas

Geraldo Horácio de Paula Souza assumiu a direção do Instituto em 1923 e, se ausentou do cargo entre 1927 e 1929, sendo substituído por Francisco Borges Vieira, que também havia cursado o curso de Doutorado em Higiene e Saúde Pública na Universidade Johns Hopkins.

Em 1924, o laboratório anexo à cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina é elevado à categoria de Instituto de Higiene de São Paulo, e fica subordinado diretamente à Secretaria dos Negócios do Interior. Ainda assim, ficou a cargo do Instituto prover a disciplina de Higiene para os alunos da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Todavia, de acordo com Candeias (1984), houve críticas à oficialização do instituto. Alguns membros da câmara do estado, como Piza Sobrinho e Oscar Rodrigues Alves, argumentaram que a criação do Instituto de Higiene desencadearia uma dualidade de funções com o Serviço Sanitário. Mesmo assim, venceu a oficialização na forma da lei 2018, de 26 de dezembro de 1924.

Em um relatório apresentado ao Dr. José Manoel Lobo, secretário do Interior no governo estadual, escrito por Paula Souza em 1925, vemos a prestação de contas sobre as atividades do Instituto de Higiene. Também estava inclusa uma explicação para a oficialização da instituição. Afirmava o médico que:

Oficializando-o, finalmente, o Governo pode ampliar-lhe inteligentemente o quadro das suas utilíssimas atribuições. Reconhecendo-se íntima a correlação existente entre os “maiores problemas brasileiros” e a questão vital do saneamento do meio e o aumento da capacidade biológica do indivíduo nacional, foi que o Governo chamou a si todos os encargos da nova repartição. Reconheceu-o igualmente quando considerou a necessidade da formação dos nossos actuais e futuros higienistas. Bastaram es-

...sas razões para levá-lo a fazer desse Instituto um aparelho oficial capaz de formar em bases precisamente científicas a mentalidade que promoverá a solução das maiores questões da higiene brasileira. (Souza, 1926, p.10-11)

Encontramos nessa fala de Paula Souza a ideia de que um meio saneado poderia melhorar fisicamente a população, tornando a higiene uma questão vital para a existência da sociedade brasileira. Outro ponto que desejamos destacar é a indicação de que era necessário prover uma formação adequada aos futuros sanitaristas e aos que já estavam atuando. Uma formação com bases científicas, premissa muito forte na época estudada.

Esse mesmo relatório, também indica a ocorrência de três cursos no Instituto, confirmando a leitura de Faria (1999) de que houve uma ampliação dos cursos na área de higiene após a oficialização da instituição. Foram eles: Técnicas Especialistas em Análise de Água, Técnicas de Laboratório de Saúde Pública e o curso para Educadores Sanitários.

O curso para Educadores Sanitários fazia parte de uma das ações em saúde pública desencadeada pela reforma do Código Sanitário promulgada em 1925, elaborado pelo Serviço Sanitário do Estado. Segundo Rodolpho Telarolli Junior (1996) os diversos códigos elaborados ao longo do tempo se encaixam nos esforços do governo paulista para normatizar as cidades e a vida urbana de acordo com os critérios ditados pelo conhecimento tecnológico disponível na época. O código de 1925 foi elaborado por Paula Souza, enquanto estava na direção do Serviço Sanitário e do Instituto de Higiene e considerado uma reforma porque instituiu algo novo na política de saúde pública: a educação sanitária dos indivíduos.

A educação sanitária, de acordo com o próprio código, deveria ser feita sempre com toda generalidade, ou seja, da forma mais ampla possível, e pelos processos mais práticos, de modo a impressionar e convencer o educando a assumir hábitos de higiene. Poderia ser ministrada em grupo ou individualmente, professada nos centros de saúde, em visitas domiciliares, nos estabelecimentos escolares, hospitalares, comerciais, fabris ou quaisquer outros lugares de reunião acessíveis.

Essa reforma estipulou que o serviço de educação sanitária visaria, de modo especial, a higiene individual, pré-natal, infantil e de idade escolar, pois acreditava existir na infância e na mocidade uma excelente oportunidade para imprimir ou desenvolver hábitos de higiene. As crianças desnutridas e as portadoras de deficiência física deveriam ser alvos de maior atenção por parte da educação sanitária em higiene escolar. A divulgação dos preceitos de higiene ficou a cargo dos educadores sanitários. Os principais espaços de atuação desses profissionais eram as escolas e os centros de saúde.

Regulamentação do curso de especialização em higiene e saúde pública para médicos

Analisaremos agora o Regulamento do Curso de Especialização em Higiene e Saúde Pública para Médicos de 1928, concretização dos esforços de Geraldo Horácio de Paula Souza na busca de criar e oficializar cursos específicos para formar médicos especialistas em Higiene e Saúde Pública. Trata-se de um documento de quatro páginas, dividido em três capítulos e “Disposições gerais”. O primeiro capítulo “Objecto do curso” contém três artigos, que esclarecem seu objetivo: preparar médicos para o exercício da profissão sanitária, fornecendo ao Serviço Sanitário do Estado pessoal especializado para o desempenho em cargos técnicos daquela administração. Desta forma, o público alvo era formado por médicos funcionários do Serviço Sanitário, mas também era permitida a entrada de médicos estranhos ao serviço.

O segundo capítulo do Regulamento trata da matrícula. O número de vagas disponíveis anualmente pelo Instituto seria variável e dois terços delas ficariam reservadas aos médicos do Serviço Sanitário. A matrícula deveria ser requerida ao diretor do instituto mediante a apresentação dos seguintes documentos: atestado do Serviço Sanitário sobre o registro do diploma do candidato, para os médicos que não fossem funcionários do mesmo; atestado de boa saúde e imunização contra a varíola e a febre tifóide, fornecidos por uma autoridade sanitária do Estado; e atestado da Diretoria Geral do Serviço Sanitário, quando o candidato exercesse cargo técnico no mesmo. Além disso, era preciso depositar na secretaria do instituto uma quantia, não especificada pelo documento, como taxa de laboratório e garantia para conservação contra possíveis danos ao material confiado aos alunos.

O terceiro capítulo traz informações sobre o curso dividido em oito artigos. O primeiro estabelece que o curso de especialização em higiene e saúde pública teria caráter teórico prático, com duração de um ano; apresenta as cadeiras do curso que se dividiam dentro de quatro trimestres. O primeiro trimestre contava com aulas de Parasitologia; Química aplicada à higiene; Higiene pessoal, nutrição e dietética; e, Estágios em serviços de tuberculose e venereologia. O segundo trimestre previa aulas de Bacteriologia e imunologia aplicadas à higiene; Estatísticas vitais e epidemiologia; Administração sanitária; e Estágios na Inspetoria de Moléstias Infecciosas. O terceiro trimestre era composto por Higiene psicológica; Higiene mental; Engenharia Sanitária; Higiene pré-natal, infantil, pré-escolar e escolar.

O quarto trimestre seria reservado para estágio em determinados serviços e para a elaboração de um trabalho escrito ou relatório sobre um tema de interesse higiênico. A entrega do trabalho escrito e seu posterior julgamento era um dos requisitos para a conclusão do curso. Esse trabalho resultaria da inspeção sanitária de uma localidade à escolha do diretor do Instituto de Higiene. O exame final de cada cadeira consistiria em uma prova escrita e uma prática oral, perante

uma banca constituída pelo professor responsável pela matéria e dois membros do Instituto, designados pelo diretor.

O objetivo do curso, preparar especialmente os médicos do Serviço Sanitário para o exercício da profissão sanitária estava em consonância com as atribuições adquiridas pelo Instituto no momento de sua oficialização em 1924, pela lei estadual de número 2018, que previa em seu artigo terceiro que uma das atribuições da instituição seria a de realizar cursos de aperfeiçoamento técnico para funcionários do Serviço Sanitário.

A defesa de Geraldo Horácio de Paula Souza de que o profissional ligado aos problemas sanitários necessitava de uma formação específica, foi concretizada com a regulamentação do Curso de Especialização de Especialização em Higiene e Saúde Pública para Médicos. Paula Souza reitera a defesa de uma formação específica em higiene, que iria além do ensino desse assunto provido pelas Faculdades de Medicina, no documento intitulado “Instituto de Higiene de S. Paulo. Curso de especialização em higiene para médicos”⁶, escrito em 1929. De acordo com Paula Souza:

Reconhece-se hoje, que o simples curso das cadeiras de higiene das Faculdades de Medicina não é o bastante para garantir a eficiência dos médicos sanitários. É verdade que a prática com os problemas sanitários poderá, como está fartamente demonstrado, aliada ao estudo livre, formar dos médicos, ótimos higienistas. Este não deve, entretanto, continuar a ser o processo de recrutamento de higienistas e, dahi, a fundação de cursos de especialização para médicos (Souza, 1929, p.1).

O ensino das questões ligadas à higiene e à saúde pública figurava ao lado da pesquisa como uma das duas grandes vertentes dessa instituição pioneira no estado de São Paulo. Em relação à pesquisa, ao nos atentarmos para a existência de cadeiras de bacteriologia e parasitologia, é possível detectar uma preponderância da teoria bacteriológica em relação à teoria dos miasmas – essa teoria em termos gerais pressupunha que emanações vindas de águas estagnadas eram a causa das doenças. O surgimento da teoria bacteriológica impulsionou o trabalho médico de pesquisas em laboratórios, aspecto bem visível na estrutura do curso de especialização em higiene e saúde pública para médicos.

Mesmo com a afirmação de que a formação de um sanitarista não poderia ser realizada apenas pela experiência, a prática tinha um lugar importante no curso. Ao mesmo tempo em que o instituto procurava prover conteúdo teórico aos seus alunos, era necessário colocar em prática esse saber. A solução encontrada foram os estágios em repartições do próprio Serviço Sanitário, e as inspeções sanitárias.

⁶ Este documento encontra-se no Centro de Memória da Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública – USP.

Considerações finais

Ressaltamos que a intenção do artigo foi apresentar e analisar fontes referentes às atividades dos sanitaristas do período inicial do Instituto de Higiene (1918-1923). A produção intelectual elaborada na cadeira de Higiene, trouxe informações sobre as questões que preocupavam os médicos, especialmente em relação ao estado sanitário de localidades urbanas. A tese “Inspeção Sanitária de Mogy das Cruzes” mostra que levar os alunos de medicina para inspecionar cidades, era uma prática da cadeira de higiene, juntamente com o Instituto de Higiene, na Faculdade de Medicina de São Paulo. Fábricas, mercados municipais, matadouros, escolas, abastecimento de água e rede de esgoto foram os locais que receberam atenção na dissertação. Eles foram descritos e avaliados, de acordo com os preceitos higiênicos da época e foram utilizadas fotografias desses locais, como um meio de reforçar as denúncias das violações dos preceitos higiênicos.

Com relação ao período em que o Instituto já havia sido oficializado, entre 1924 e 1929, mencionamos a ampliação dos cursos oferecidos, com destaque para o Curso de Educadores Sanitários. A educação sanitária seria a forma de produzir na população a consciência sanitária, privilegiando as crianças, por meio do trabalho dos educadores sanitários formados no Instituto de Higiene.

A instituição continuou a caminhar em direção a sua oficialização como escola para sanitaristas, já que em 1931 foi elevada à Escola de Higiene e Saúde Pública. E, em 1945, foi elevada à sua atual condição, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Referências Bibliográficas

- Campos C. *São Paulo pela Lente da Higiene: As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a Cidade (1925-1945)*. São Carlos (SP): Rima, 2002.
- Candeias NMF. Memória Histórica da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – 1918 – 1945. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, 1984 v(18) (número especial), p.2-60.
- Faria L. O Instituto de Higiene: Contribuição à História da Ciência e da Administração em Saúde de São Paulo. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 1999, v(11), p.175-208.
- Marinho MGSMC. *O papel da Fundação Rockefeller na organização do ensino e da pesquisa na Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931)*. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- _____. *Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na*

Universidade de São Paulo (1934-1952). Campinas (SP)/São Paulo: Autores associados/Universidade São Francisco, 2001.

_____. *Elites em Negociação: Breve História dos acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

Merhy EE. *A saúde pública como política*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

Ribeiro MAR. *História sem fim ... Inventário da saúde pública. São Paulo – 1880-1930*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

Rocha HHP. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de São Paulo (1918-1925)*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2003.

Silva MRB. “O ensino médico em debate: São Paulo – 1890 a 1930. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2002, v(9) (suplemento), p.139-159.

Telarolli Júnior R. *Poder e saúde: a república, a febre amarela e a formação dos serviços sanitários no Estado de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1996.

Fontes primárias⁷

Galvão M. *Inspecção Sanitaria de Mogy das Cruzes*. São Paulo: Faculdade de Medicina e Cirurgia, 1922.

Regulamento para o Curso de Especialização em Hygiene e Saúde Publica para médicos. Aprovado pelo Secretario d’Estados dos Negocios do Interior em I de outubro de 1928.

São Paulo (Estado). *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*. Decreto n. 3.878 de 11 de julho de 1925.

Souza G. *Relatório apresentado ao Senhor Doutor José Manoel Logo, Secretario dos Negócios do Interior*, 1926.

_____. *Instituto de Hygiene de S. Paulo. Curso de especialização em hygiene para médicos*. 1929.

Data de Recebimento: 18/12/2011 Data de aprovação: 24/03/2012 Conflito de Interesse: Nenhum Declarado Fonte de Fomento: Nenhum Declarado

⁷ Documentos pertencentes ao Centro de Memória da Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP. Podem ser consultados mediante agendamento prévio.